

Revista do

SINAL

No. 10 | Ano 2 | Junho 2011 | Distribuição gratuita - proibida a venda

A close-up photograph of a hand holding a bright red apple. The apple is the central focus, with its surface reflecting light. The hand is positioned at the bottom, with fingers gently cupping the apple. The background is a vast, blue sky filled with soft, white clouds. The overall composition is clean and evocative, suggesting themes of health, care, and nature.

Fazendo
bem para o
coração

Atualize sua agenda

Anote os telefones das regionais do Sinal

TELEFONES SINAL:

Nacional: (61) 3322-8208

Diretoria Executiva: (61)3322-8208

REGIONAIS:

Belém: (91) 3241-8290

Belo Horizonte: (31) 2512-1668

Brasília: (61) 3224-3417

Curitiba: (41) 3353-6531

Fortaleza: (85) 3254-1927

Porto Alegre: (51) 3224-9030

Recife: (81) 3421-7600

Rio de Janeiro: (21) 3184-3500

Salvador: (71) 3237-4365

São Paulo: (11) 3159-0252

SINAL

Sindicato Nacional dos
Funcionários do Banco Central

Editorial

Depois de um concorrido processo eleitoral, a nova diretoria do Sinal Nacional está pronta para mais um ano de trabalho. Confiantes no novo quadro, reforçado pela alta qualificação dos colegas, estamos definindo nossas prioridades. No Congresso Nacional, as PECs 555 e 270 demandarão muito trabalho para que sejam aprovadas. A reforma previdenciária é outro fantasma que nos manterá vigilantes.

Na área judicial, as diversas ações da categoria serão nosso foco, assim como a abertura de novas possibilidades de ques-

tionamen-
tos para
que nossos
direitos não
sejam usurpados.

Sabemos que a luta não diminui com o passar do tempo. Por isso, a nova diretoria do Sinal reafirma seu compromisso com a categoria, com os direitos trabalhistas já conquistados e com muitos outros que ainda haveremos de conquistar. Essa é a nossa luta.

Boa leitura

Sérgio Belsito



DIRETORIA DO SINAL NACIONAL

Presidente: Sérgio da Luz Belsito (Rio de Janeiro)

Secretário: Julio Cesar Barros Madeira (Rio de Janeiro)

Diretora Financeira: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho (Curitiba)

Diretor Jurídico: Luiz Carlos Alves de Freitas (Curitiba)

Diretor Comunicação: Alexandre Wehby (Porto Alegre)

Diretor de Relações Externas: José Ricardo da Costa e Silva

Diretor de Estudos Técnicos: Edilson Rodrigues de Sousa

Diretor de Assuntos Previdenciários: Eduardo Stalin Silva (São Paulo)

Diretor Extraordinário para Assuntos Intersindicais: Iso Sendacz

Diretor Extraordinário de Qualidade de Vida: Bruna Carolina de Quadros

EXPEDIENTE

Jornalista Responsável: Eunice Pinheiro

Projeto Gráfico: Kleber Pinheiro - Patcha Comunicação

Reportagem: Hylida Cavalcanti

SAÚDE - 04

Nostalgia sim.
Insistência em lembrar
o que passou, não

POLÍTICA - 10

A vez da reforma
política

ARTIGO - 13

O papel da câmara
de gestão no
Governo Dilma

CAPA - 28

Bem para o coração

SEGURANÇA - 36

Uma nova discussão
sobre o desarmamento

SINAL INFORMA

07 - Portaria 65410

15 - Notícias Jurídicas

19 - Conheça a nova
diretoria do Sinal

25 - Centrus

33 - PASBC Expresso

Nostalgia sim. Insistência em lembrar o que passou, não

Cientistas alertam para doença social, provocada por lembranças obsessivas do passado de cada um

Todo mundo tem sua própria história, assim como o direito e a liberdade de conviver com seu passado. São os atos cotidianos que ajudam a construir um ser humano, melhoram a vida e conferem, a cada um, experiência necessária para ser protagonista do seu destino – seja a trajetória formada por atos bons ou ruins. Apesar disso, nos últimos tempos, cientistas e pesquisadores do mundo inteiro têm chamado a atenção para uma doença social provocada, justamente, pelo excesso de nostalgia. O que ocorre quando o sentimento de saudades ou mágoa de algo vivido no passado, observado em muitas pessoas, passa a ser cultuado de forma obsessiva, afeta o estado psicológico, impede a continuidade de ações rotineiras e passa a ser somatizado em dores e problemas físicos diversos.

A preocupação voltou a ser destacada por terapeutas e antropólogos e ganhou ainda mais força com o livro intitulado 'O Futuro da Nostalgia', de autoria da professora de literatura da Universidade



de Harvard (EUA), Svetlana Boym. Na obra, ainda inédita no Brasil, Boym enfatiza que o conceito de nostalgia, diferentemente do que muitos pensam, não vem da poesia nem da política, mas da medicina – e data do século 17. De acordo com ela, naquele século, uma pessoa que padecesse de nostalgia podia apresentar os mais diversos sintomas, como náusea, perda de apetite, febre alta e até mesmo inflamações no cérebro e ataques cardíacos. O que era tratado com hipnose e ópio.

O que muitos terapeutas têm defendido, nos últimos tempos, é a necessidade de se voltar a prestar melhor atenção nestes sintomas. Já que, com o passar do tempo, as pessoas voltaram seus olhares para a depressão e a melanco-

lia em si, e a nostalgia deixou de ser vista como um problema patológico. Leia-se nostalgia, no entanto, o entendimento destes profissionais de algo como uma saudade que faz mal à alma e não a simples saudade do que ficou no passado, vista de forma saudável.

Mau humor

“É algo obsessivo, que desperta a ideia de que um acontecimento ruim poderá voltar a qualquer momento ou nunca passará de verdade. Ou o contrário, a sensação de que algo que foi bom jamais se repetirá”, contou a psiquiatra Valéria Andrade, acostumada a receber pacientes com esse tipo de sentimento em seu consultório, em João Pessoa (PB). “Noto que nos últimos tempos mais pessoas têm demonstrado não saber conviver com seus passados”, destacou ela, que prepara tese de doutorado sobre o tema.

E se muita gente que escuta essa preocupação clínica trata o assunto com desdém, termina sendo pego de surpresa ao perceber que a quantidade de pessoas próximas – e até parentes – com este tipo de sentimento – é bem maior do que se pensa. “Pode estar ao lado e justificar o motivo pelo qual um colega de trabalho é tão mau humorado ou pelo qual o vizinho nunca dá um sorriso”, opina o jornalista Edson Gonçalves (nome trocado a pedido do entrevistado). Depois de passar por uma separação traumática, disputar e perder a guarda dos filhos para a ex-esposa, Edson contou que demorou para se recuperar. E acabou desenvolvendo uma forma doentia de saudade, um pouco diferente da que os amigos tinham para conviver.

“Comecei a ficar fissurado nesse passado



ruim, a lembrar das cenas de discussão em casa constantemente, a achar que tudo comigo seria ruim a um ponto em que deixava de lado momentos bacanas que estava vivendo. Somente depois de muito tempo e da insistência de parentes é que consegui perceber que estava doente e procurar tratamento”, relata ele, ao confessar que ainda não está curado. No entanto, hoje tem outra visão da vida e já consegue fincar os pés no presente.

Padrões

“É difícil entender e pensar com seriedade em buscar ajuda porque, para todas as pessoas, as memórias afetivas de velhos empregos, moradias, padrões de comportamento e amores são vistas como coisa natural. Mas é necessário separar o natural do que não é saudável”, destaca a antropóloga Lizete Quadros, ao afirmar que em razão desse tipo de sentimento, muitas vezes não trabalhado, é que são observadas formas gratuitas de violência.

Os especialistas, no entanto, alertam para a importância de se separar os sentimentos e destacar que não há nada de errado naqueles que cultuam carros antigos, objetos vintage ou vivem marcando encontros com antigos colegas de infância. “Não é isso que está em questão. A preocupação dos psicólogos e terapeutas é para com algo mais profundo e difuso, que atrapalha o caminhar natural da existência dos indivíduos e que precisa ser observado

com atenção. Já que a vida nunca é um mar de rosas do início ao fim”, complementa Lizete Quadros.

Autoestima

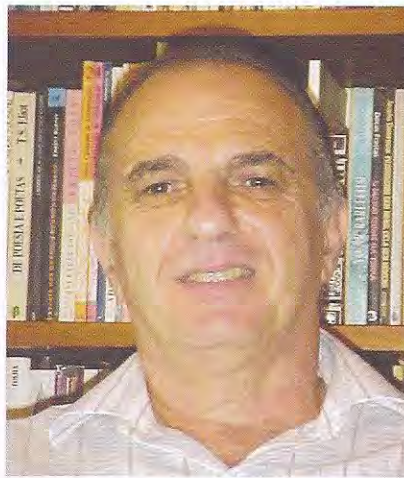
Uma das alternativas sugeridas para amenizar tal sensação é indicada pelos entrevistados em trabalhos como o do psicanalista gaúcho Abrão Slavutsky, em outra obra: o livro ‘Quem Pensa Tu que Eu Sou?’. Na obra, ele reflete sobre a impor-

tância de cada um conquistar sua própria autoestima. O psicanalista destaca que todos nós precisamos conquistar o reconhecimento alheio, mas antes disso é preciso que comecemos a tentar ser amigos de nós mesmos.

“Jamais seremos amigos de nós mesmos se continuarmos a interpretar o papel de Hércules ou de qualquer super-herói invencível. Encare-se no espelho e pergunte: quem eu penso que sou? E chore, porque você é fraco, erra, se engana, explode, faz bobagem. E aí enxugue as lágrimas e perdoe-se, que é o que

bons amigos fazem”, aconselha.

É um bom caminho, embora Valéria Andrade ache que é importante o tratamento psicológico também. Mas encontrar amigos, procurar entender que a vida tem roteiros que cada um desconhece até vivê-la em sua intensidade e que o melhor sempre estará por vir são ingredientes fundamentais para os que pretendem viver o presente e colocar o passado onde sempre deveria estar.



ABRÃO SLAVUTSKY

“JAMAIS SEREMOS AMIGOS DE NÓS MESMOS SE CONTINUARMOS A INTERPRETAR O PAPEL DE HÉRCULES OU DE QUALQUER SUPER-HEROI INVENCÍVEL”

Soluções amigáveis

Portaria 65410 cria Grupo de Trabalho para estudo de soluções para demandas judiciais em curso

Recentemente, o Sinal participou de reunião com o Procurador Geral do Banco Central - Dr. Isaac Sidney Menezes Ferreira, o Diretor de Administração Sr. Altamir Lopes, o Sr. Luiz Edson Feltrin - Diretor Executivo e o Dr. Cristiano, Procurador do Banco Central, onde o Banco informou existirem 974 demandas judiciais em curso entre as entidades Sindicais e o Banco Central, dentre as quais 135 são coletivas, e mais 97 ações dos próprios Procuradores do Banco Central, o que totaliza 1071 processos em andamento.

A verdade é que o Procurador Geral do Banco Central, Isaac Sidney Menezes Ferreira, está constituindo um grupo de trabalho para buscar soluções para as ações judiciais hoje em andamento. A medida foi acertada em reunião entre o Sinal e representantes do Banco Central, em maio passado. O Sinal também está cumprindo sua parte do acordo e construindo um relatório de processos que já se encontram sumulados pela AGU e

que podem ser solucionados rapidamente, diminuindo assim os litígios existentes.

Veja como foi a negociação

O Sinal discutiu sobre as ações judiciais dos servidores, no 17 de maio, com o Procurador Geral do Banco Central, Isaac Sidney Menezes Ferreira; o Diretor de Administração do BC, Altamir Lopes; o Diretor Executivo, Luiz Edson Feltrin; o Procurador do Banco Central e representantes do SINTBACEN, SINDSEP e APBC.

O Procurador Geral do BACEN falou sobre o levantamento que a Procuradoria fez das ações judiciais em curso entre as entidades Sindicais e o Banco Central.

Ele disse ainda que estava preocupado com o número de litígios em andamento e que pretendia se inteirar dos processos para ver possíveis acordos entre as partes. O Procurador informou ainda que a Advocacia Geral da União editaria uma

O PROCURADOR GERAL DO BANCO CENTRAL, ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA, ESTÁ CONSTITUINDO UM GRUPO DE TRABALHO PARA BUSCAR SOLUÇÕES PARA AS AÇÕES JUDICIAIS HOJE EM ANDAMENTO.

Portaria, vinculando a Procuradoria do Banco, para não recorrer em determinados processos que se encontrem pacíficos na jurisprudência.

Já o presidente do Sinal, Sérgio Belsito, falou sobre a preocupação do Sindicato em resolver as ações judiciais que se arrastam há anos. Levantou a possibilidade de se rever os procedimentos até aqui adotados, no sentido de tentar resolver os conflitos administrativamente, sem ter que ir buscar a solução no âmbito judicial. "Para isso, é preciso um trabalho conjunto entre a Procuradoria e o Departamento de Pessoal", propôs Belsito.

O presidente do Sinal alertou ainda que o Ministério do Planejamento se encontra sem servidores especializados em seus quadros, o que prejudica muitas vezes a resposta às consultas formuladas pelo DEPEs ao MPOG, devido à especificidade das questões dos servidores do BACEN. Um dos casos citados foi o enquadramento dos servidores que se aposentaram pelo art. 192 da Lei 8.112/90, que está pendente de resposta pelo DEPEs desde 17 de novembro do ano passado. É, portanto, necessário rever as consultas diretamente ao MPOG, sem antes passar pela PGBC.

Outro ponto levantado por Belsito foi sobre as determinações dos órgãos de controle – TCU/CGU/MPF. "O Sinal teve que dar todo o suporte psicológico e jurídico aos "desapensentados" pelo Tribunal

COMUNICAÇÃO GERAL: 111037538

PORTARIA N. 065410

CONSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA REALIZAR DIAGNÓSTICO VISANDO À REDUÇÃO DA LITIGIOSIDADE ENTRE O O BANCO CENTRAL DO BRASIL E SEUS SERVIDORES.

O PROCURADOR-GERAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NO ART. 22, INCISO I, ALÍNEA "B", E INCISO XVII, E NO ART. 37, INCISO I, TODOS DO REGIMENTO INTERNO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, DIVULGADO PELA PORTARIA Nº 29.971, DE-4 DE MARÇO DE 2005, RESOLVE:

ART. 1º FICA CONSTITUÍDO GRUPO DE TRABALHO, INTEGRADO PELOS SERVIDORES ABAIXO DESIGNADOS, PARA, SOB A COORDENAÇÃO DA PRIMEIRA, REALIZAR DIAGNÓSTICO VISANDO À REDUÇÃO DA LITIGIOSIDADE ENTRE O BANCO CENTRAL DO BRASIL E SEUS SERVIDORES, DEVENDO, INCLUSIVE, OFERECER PROPOSTAS DE SOLUÇÃO AMIGÁVEL DE PROCESSOS JUDICIAIS:

I - ALESSANDRA BARROS MONTEIRO, MATRÍCULA Nº 0.425.663-8;

II - ELKE COELHO VICENTE, MATRÍCULA Nº 2.845.338-7;

III - MARCOS FURTADO GUIMARÃES, MATRÍCULA Nº 6.809.740-9;

IV - RAFAEL BEZERRA XIMENES
DE VASCONCELOS, MATRÍCULA Nº
8-367.009-2.

ART. 2º O GRUPO DE TRABALHO PODERÁ REQUISITAR AOS SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL E ÀS DEMAIS UNIDADES DO BANCO CENTRAL OS ELEMENTOS DE FATO, DE DIREITO E OUTROS NECESSÁRIOS PARA O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DESCRITAS NO ART. 1º, FIXANDO PRAZO PARA O ATENDIMENTO, NOS TERMOS DO ART. 4º DA LEI Nº 9.028, DE 12 DE ABRIL DE 1995.

ART. 3º OS TRABALHOS DEVERÃO SER CONCLUÍDOS NO PRAZO MÁXIMO DE 60 (SESSENTA) DIAS, CONTADOS DA PUBLICAÇÃO DESTA PORTARIA, MEDIANTE A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO QUE, DESPACHADO PELO SUBPROCURADOR-GERAL TITULAR DA CÂMARA DE CONTENCIOSO JUDICIAL E EXECUÇÃO FISCAL (CC2PG), SERÁ SUBMETIDO AO PROCURADOR-GERAL.

ART. 4º ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

BRASÍLIA, 30 DE MAIO DE 2011.

ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA
PROCURADOR-GERAL

de Contas, pois o Banco Central nem ao menos recorreu em defesa da legalidade do ato administrativo de aposentadoria praticado, em muitos casos, há mais de 10 anos, simplesmente determinou que os aposentados voltassem a trabalhar", afirmou o presidente do Sinal.

Belsito ressaltou ainda que essas determinações devem ser avaliadas com cuidado pelo Banco, pois as entidades têm conhecimento de que os Órgãos de controle querem "mostrar serviço" e punir servidores públicos para mostrar para a sociedade a eficiência da Administração Pública.

Respondendo aos questionamentos do Presidente do Sinal, o Procurador Geral do BACEN, pediu ao Diretor de Administração para que as consultas ao MPOG sejam antes submetidas à Procuradoria para avaliação, para saber se a matéria pode ser resolvida dentro do Banco ou se realmente é necessária a consulta ao Planejamento.

O Procurador Geral do BC afirmou que faria uma consulta interna sobre os recursos nos processos em trâmite e que pretendia constituir um grupo de trabalho para verificar as possíveis soluções em cada processo. O Sinal também se comprometeu em enviar a ele um relatório de processos que já se encontram simulados pela AGU e que podem ser solucionados rapidamente, diminuindo os litígios existentes.

A vez da reforma política

Embora o tema seja uma constante a cada início de legislatura, parlamentares estão empenhados em mudar as regras políticas do país

Até o fim do semestre, o Congresso Nacional apresentará ao país a compilação das várias Propostas de Emenda à Constituição e dos Projetos de Lei necessários para uma reforma política. Esta, ao menos, é a expectativa da comissão criada pelo Senado especificamente para tal fim, presidida pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que no início do mês de maio entregou ao presidente da Casa, senador José Sarney (PMDB-AP), uma série de propostas. O grupo, formado por 15 parlamentares, definiu por 16 itens a serem discutidos com prioridade - já aprovados neste foro inicial e que agora se encontram na Comissão de Constituição e Justiça. Depois serão submetidos ao plenário.

Mas os principais pontos da proposta já chamam a atenção dos brasileiros, de um modo geral, por dois motivos bem simples. Primeiro, porque toda vez que se inicia um novo governo, o Legislativo fala em reforma política, que termina não acontecendo - ou sendo observada, apenas, de forma fatiada. Depois, porque episódios que mexeram com estruturas eleitorais e afetaram a forma dos brasileiros escolherem seus candidatos nas últimas

eleições - tais como fidelidade partidária, votação por lista fechada ou voto distrital - mostraram que o país necessita, o quanto antes, rever suas regras políticas em prol do estado democrático.

Terreno confuso

Enquanto as discussões ainda representam um terreno confuso, já se sabe que, dentre os itens prioritários que estão na pauta desse debate figuram temas como voto facultativo, financiamento público de campanha, possibilidade de candidatura avulsa por parte dos políticos, manutenção do prazo mínimo de um ano antes das eleições para filiação partidária e para domicílio eleitoral e, também ratificação das regras atuais para fidelidade partidária e cláusula de desempenho.

Um dos pontos mais polêmicos, no entanto, é o voto proporcional em lista fechada, sistema existente em vários países. Estabelece, em vez de candidaturas individuais, que os partidos é que se reúnam, definam seus candidatos e apresentem candidaturas coletivas. Os eleitores, por sua vez, continuarão votando e escolhendo seus represen-

tantes, mas a ideia não tem agradado a todos e já se estuda a possibilidade de ser realizada uma consulta popular para decidir sobre a questão.

Um dos mais ardorosos políticos contrários a esse sistema é o senador e ex-presidente Itamar Franco (PPS-MG). De acordo com o senador, os partidos constituem-se, atualmente, numa “estrutura viciada em que quatro ou cinco dirigentes dão as ordens”, motivo pelo qual ele afirma que não acredita na possibilidade de uma escolha isenta.

“Com essa proposta os partidos sairão fortalecidos. Caberá ao Congresso definir as regras de como a lista será elaborada, para que haja a participação de todos os filiados na escolha e

que as minorias tenham peso garantido”, explica, por sua vez, o deputado Rubens Otoni (PT-GO), relator da comissão que avalia a reforma na Câmara e favorável à ideia.

Outros itens que fazem parte da pauta são a cota para mulheres na lista de candidatos e fim das coligações partidárias – isso, em se tratando de regras que alteram diretamente as eleições para vereadores, deputados federais e deputados estaduais. Também estão incluídos no rol o fim da reeleição para presidente, governadores e prefeitos, mandatos de cinco anos para esses cargos e mudança nas datas de posse dos eleitos, que passaria a ser (conforme as propostas apresentadas



até agora) 10 de janeiro para prefeitos e governadores e 05 de janeiro para presidente.

Suplentes

Também tem gerado expectativas diversas a regra que reduz o número de suplentes de senadores - de dois, estes passariam a ser apenas um. Além disso, o suplente de senador, quando tiver de assumir o cargo, caso entre em vigor tal norma, o fará temporariamente, sem suceder o titular. Proposta que, caso seja aprovada, porá fim à antiga crítica de que estes senadores que assumem no lugar dos titulares eleitos costumam ser políticos "biônicos" - aqueles que chegaram ao cargo sem obter uma quantidade expressiva de votos e sem representar a população que representam.

Não é fácil chegar a um ponto de consenso num tema tão complexo e ansiado há tanto tempo, com várias opiniões formadas em torno de tópicos específicos. Afinal de contas, existem mais de 300 projetos, somente na Câmara dos Deputados, relacionados à reforma política - o que revela a importância do assunto para políticos e

sociedade de um modo geral. "A discussão tem avançado pouco, mesmo nos últimos meses. É preciso que a população entenda que a matéria precisa de urgência e passe a pressionar mais", destaca o deputado Otoni.



MICHEL TEMER:

A REFORMA POLÍTICA É MAIS IMPORTANTE DO QUE A TRIBUTÁRIA, "PORQUE SIGNIFICARÁ PROFUNDAS MUDANÇAS NAS ESTRUTURAS POLÍTICAS BRASILEIRAS E, ASSIM, DARÁ RESPALDO À DISCUSSÃO DAS DEMAIS REFORMAS QUE O PAÍS PRECISA".

Os parlamentares da atual legislatura contam, ainda, com um reforço de peso para - desta vez - levar adiante a tão falada reforma política: o apoio do vice-presidente Michel Temer (PMDB). Deputado de vários mandatos, Temer tem abordado constantemente o assunto em entrevistas e declarações públicas e já deixou claro que trabalhará para que a reforma seja aprovada ainda este ano. De preferência, antes de outubro, conforme afirmou em encontro em São Paulo.

"O país está mais maduro para discutir estes temas", acentuou, ao acrescentar que considera esta reforma mais importante do que a tributária, "porque significará profundas mudanças nas estruturas políticas brasileiras e, assim, dará respaldo à discussão das demais reformas que o país precisa", completou. Os brasileiros, portanto, aguardam ansiosos o desenrolar das votações.

O papel da Câmara de Gestão no Governo Dilma

Por Antônio Augusto de Queiroz (*)

A Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), criada no âmbito do Conselho de Governo pelo Decreto 7.478, de 12 de maio de 2011, com a participação de representantes do setor privado, tem por finalidade propor políticas e ações para a racionalização do gasto público, aperfeiçoamento da gestão e melhoria da prestação de serviços públicos aos cidadãos.

A Câmara, em resumo, destina-se a estabelecer diretrizes para reduzir custos e racionalizar processos no Poder Executivo. O novo órgão será composto por quatro empresários e quatro ministros de Estado. Os empresários são Jorge Gerdau, do grupo Gerdau; Abílio Diniz, do Pão de Açúcar; Antônio Maciel Neto, do grupo Susano; e Henri Reichstul, ex-presidente da Petro-

bras durante o governo FHC. E os ministros são Antônio Palocci, da Casa Civil (**); Guido Mantega, da Fazenda; Mirian Belchior, do Planejamento; e Fernando Pimentel, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A presidenta Dilma, que conhece como poucos a máquina pública em suas virtudes e vícios, quis prestigiar a iniciativa privada, não apenas criando mais uma instância para uma interlocução privilegiada com

ela e com seus principais ministros, como reservando para um representante da iniciativa privada, no caso Jorge Gerdau, a presidência da câmara.

O setor empresarial, sem dúvida nenhuma, pode contribuir com sugestões para melhorar a eficiência, eficácia e efetividade do Governo Federal na prestação de serviços aos cidadãos. Entretanto,

O SETOR EMPRESARIAL, SEM DÚVIDA NENHUMA, PODE CONTRIBUIR COM SUGESTÕES PARA MELHORAR A EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DO GOVERNO FEDERAL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS CIDADÃOS.

** Substituído por Gleisi Hoffman

muitas das contribuições e recomendações que farão já foram, em algum momento, apresentadas por servidores aos governos anteriores, porém não foram implementadas porque seus autores não tinham o mesmo nível de acesso e de legitimidade que terão os empresários perante a presidente e seus ministros.

Se nos governos anteriores, menos formais e mais abertos ao diálogo com os servidores, muitas ideias, boas e viáveis, não prosperaram, com Dilma essa hipótese seria mais remota ainda. Logo, a decisão de criar a Câmara, desse ponto de vista, foi acertada. Os empresários não terão temor de propor medidas nem a presidente terá com eles uma relação hierárquica, de chefe e subordinado, como têm com os servidores públicos, inclusive com os ministros de Estado, até porque os serviços a serem prestados pelos empresários terão caráter honorífico, sem qualquer remuneração.

Ressalte-se, entretanto, que todos os atos atinentes ao trabalho da Câmara, a começar pelo decreto que a instituiu, são e serão da lavra dos servidores, cujo conhecimento e competência, tanto na lapidação das propostas, quanto na formulação de textos, são superiores aos dos representantes do setor privado.

Na implementação das diretrizes, propostas e ações da câmara, a execução será da equipe técnica da Casa Civil, porém a orientação política será da câmara, sujeita à aprovação da presidente. Este registro é importante porque o que sair de posi-

tivo da câmara será atribuído aos representantes da iniciativa privada, enquanto o que resultar em corte ou em perda para determinados setores ou segmentos do serviço público a responsabilidade será atribuída aos representantes do Governo e aos servidores que assessorarem a câmara.

É pena que não existam no Governo órgãos e autoridades com a responsabilidade e o poder para recolher e analisar ideias e propostas de servidores, tanto os de livre provimento quanto os de carreira, para serem processadas e transformadas em políticas públicas com vistas à redução de custos e melhoria da prestação de serviços aos cidadãos.

Boas ideias para a melhoria da gestão e aperfeiçoamento das instituições muitas vezes se perdem no caminho, e sequer chegam a ser debatidas pelos mais altos decisores, geralmente preocupados apenas com o curto prazo e a produção de factóides. Caso existissem, certamente não seria necessário convocar o setor privado para ensinar o governo a administrar o País. No máximo, sua contribuição se daria dentro da lógica da governança participativa, em conselhos com a participação de outros segmentos da sociedade.

(*) *Jornalista, analista político, diretor de documentação do Diap, colunista da revista Teoria e Debate e do portal eletrônico Congresso em Foco, além de autor dos livros "Por dentro do processo decisório: como se fazem as leis", "Por dentro do Governo – como funciona a máquina pública" e "Perfil, Propostas e Perspectivas do Governo Dilma".*

Notícias Jurídicas

Novo grupo para a ação do art. 192 da lei 8.112/90

Devido à procura dos servidores aposentados, pelo inconformismo decorrente da supressão das vantagens do art. 192 da Lei 8.112/90, estamos formando novo grupo para os aposentados que ficaram de fora do primeiro.

A ação judicial do SINAL é dirigida aos filiados que se aposentaram com as vantagens do art. 192 da Lei 8.112/90: *“O servidor que contar com tempo integral para a aposentadoria com provento integral*

será aposentado: (I) com a remuneração do padrão da classe imediatamente superior àquela em que se encontra aposentado; (II) quando ocupante da última classe da carreira, com a remuneração do padrão correspondente, acrescida da diferença

entre esse e o padrão da classe imediatamente anterior.” A vantagem do artigo supracitado foi suprimida com a edição da Medida Provisória nº 440/2008 convertida na Lei nº 11.890/2008, que alterou o regime remuneratório para subsídio em parcela única.

Dessa forma, buscamos a revisão dos procedimentos de enquadramento desses servi-

dores do BACEN nas novas tabelas resultantes da implantação do novo regime remuneratório – subsídio – de modo que sejam respeitadas as vantagens permanentes decorrentes do art. 192 da Lei 8.112/90.

EM CASO DE DÚVIDA QUANTO À PERCEPÇÃO DESSA VANTAGEM, É PRECISO VERIFICAR NOS CONTRACHEQUES ANTERIORES À IMPLANTAÇÃO DO SUBSÍDIO (ESTARÁ EXPRESSO: VANTAGEM DO ARTIGO 192), OU NA PORTARIA DE APOSENTADORIA

Em caso de dúvida quanto à percepção dessa vantagem, é preciso verificar nos contracheques anteriores à implantação do subsídio (estará expresso: vantagem do artigo 192), ou na Portaria de aposentadoria.

A documentação necessária para participar da ação é: autorização assinada (disponível no site do Sinal e nas Regionais); Cópia do RG e CPF; Cópia dos contracheques (mês anterior à implantação do subsídio, mês seguinte - 10/2008 =, e um atual), cópia da Portaria de aposentadoria e pagamento das despesas iniciais no valor de R\$ 200,00.

Como em toda ação judicial, lembramos aos interessados que existe o risco de condenação em sucumbência, no caso de derrota. Ressaltamos que o pedido administrativo do Sinal foi negado pelo Banco Central com o argumento de que o valor nominal dos proventos foi mantido com as novas regras, não havendo, portanto, empecilho para alteração, e até mesmo supressão, de vantagens.

Apesar de a matéria comportar teses

importantes, como a do direito adquirido e da segurança jurídica, não se tem conhecimento de decisão favorável a esse respeito de qualquer instância do Poder Judiciário.

Os honorários advocatícios, em caso de vitória, serão de 5% do montante que cada autor vier a receber de atrasados a título de diferenças remuneratórias, seja por força da decisão judicial, ou por solução administrativa. Os documentos serão recebidos nas Regionais até o dia 20.06.2011.

Decisão do Governo, papel desempenhado por Gilmar Mendes e recursos judiciais procrastinadores do BC prejudicam os servidores do BC.

A decisão do Supremo joga um balde de água fria na expectativa dos servidores do Banco Central de terem o direito implementado da mesma forma como já ocorreu com grande parte dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, pois pode representar mais alguns anos de discussão judicial, em função, também, das medidas procrastinatórias e desnecessárias, adotadas pelo BC.

Em 09 de março de 2011, a capa do Jornal Econômico trazia o seguinte destaque: "UNIÃO TENTA EVITAR DERROTA EM AÇÃO DE R\$ 10 BI NO SUPREMO". A matéria dizia respeito às ações de incorporação de quintos - período de abril/98 a set/2001, que ainda tramitam nos tribunais, entre elas a do SINAL.

Nossa ação aguarda julgamento dos embargos de declaração interpostos no STJ pelo

Banco Central no Mandado de Segurança nº 13.174. O processo está parado desde abril de 2010, quando o Ministro Relator se aposentou.

Segundo a matéria divulgada pelo Jornal Econômico "A presidente Dilma Rousseff determinou à Advocacia-Geral da União (AGU) que continue lutando por uma causa que pode custar R\$ 10 bilhões aos cofres públicos e está praticamente perdida no Su-

Como em toda ação judicial, lembramos aos interessados que existe o risco de condenação em sucumbência, no caso de derrota. Ressaltamos que o pedido administrativo do Sinal foi negado pelo Banco Central com o argumento de que o valor nominal dos proventos foi mantido com as novas regras, não havendo, portanto, empecilho para alteração, e até mesmo supressão, de vantagens.

Apesar de a matéria comportar teses

importantes, como a do direito adquirido e da segurança jurídica, não se tem conhecimento de decisão favorável a esse respeito de qualquer instância do Poder Judiciário.

Os honorários advocatícios, em caso de vitória, serão de 5% do montante que cada autor vier a receber de atrasados a título de diferenças remuneratórias, seja por força da decisão judicial, ou por solução administrativa. Os documentos serão recebidos nas Regionais até o dia 20.06.2011.

Decisão do Governo, papel desempenhado por Gilmar Mendes e recursos judiciais procrastinadores do BC prejudicam os servidores do BC.

A decisão do Supremo joga um balde de água fria na expectativa dos servidores do Banco Central de terem o direito implementado da mesma forma como já ocorreu com grande parte dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, pois pode representar mais alguns anos de discussão judicial, em função, também, das medidas procrastinatórias e desnecessárias, adotadas pelo BC.

Em 09 de março de 2011, a capa do Jornal Econômico trazia o seguinte destaque: "UNIÃO TENTA EVITAR DERROTA EM AÇÃO DE R\$ 10 BI NO SUPREMO". A matéria dizia respeito às ações de incorporação de quintos - período de abril/98 a set/2001, que ainda tramitam nos tribunais, entre elas a do SINAL.

Nossa ação aguarda julgamento dos embargos de declaração interpostos no STJ pelo

Banco Central no Mandado de Segurança nº 13.174. O processo está parado desde abril de 2010, quando o Ministro Relator se aposentou.

Segundo a matéria divulgada pelo Jornal Econômico "A presidente Dilma Rousseff determinou à Advocacia-Geral da União (AGU) que continue lutando por uma causa que pode custar R\$ 10 bilhões aos cofres públicos e está praticamente perdida no Su-

premo Tribunal Federal (STF): o pagamento de quintos e décimos a servidores públicos comissionados dos Três Poderes. O valor representa um quinto dos cortes anunciados pelo governo com o objetivo de conter a inflação, fixados em R\$ 50 bilhões. (...)

Em 14 de fevereiro, Dilma aprovou um parecer para que a AGU não desista do mandado de segurança contra o pagamento de quintos e décimos aos servidores. Com isso, a AGU tem uma grande tarefa pela frente. Para evitar a derrota, terá de obter os votos de todos os ministros que ainda não se manifestaram no julgamento. Os advogados da União também terão de tentar convencer ministros que já se manifestaram

contra o Mandado de Segurança da AGU a mudar de opinião. Em junho de 2010, Eros Grau, que foi o relator do processo, disse que não mudaria de opinião nem se o caso representasse R\$ 20 bilhões para os cofres. "Esse argumento não me incomoda. Eu não cedo diante da imposição da Constituição e das normas." Marco Aurélio Mello, Carlos Ayres Britto, Cármen Lúcia Antunes Rocha e o presidente do STF, Cezar Peluso, também disseram que a decisão do TCU não poderia ser contestada por Mandado de Segurança.

EM JUNHO DE 2010, EROS GRAU, QUE FOI O RELATOR DO PROCESSO, DISSE QUE NÃO MUDARIA DE OPINIÃO NEM SE O CASO REPRESENTASSE R\$ 20 BILHÕES PARA OS COFRES. MARCO AURÉLIO MELLO, CARLOS AYRES BRITTO, CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA E O PRESIDENTE DO STF, CEZAR PELUSO, TAMBÉM DISSERAM QUE A DECISÃO DO TCU NÃO PODERIA SER CONTESTADA POR MANDADO DE SEGURANÇA.

Apenas Gilmar Mendes mostrou-se incomodado com o fato de o TCU ter mudado a sua posição, que antes era contrária ao pagamento de quintos e passou a ser favorável."

Dando seguimento à novela dos quintos e décimos, no dia 7 de abril o Ministro

Gilmar Mendes, Relator do RE 638.115, exarou despacho modificando a inadmissibilidade dos recursos extraordinários sobre a incorporação de quintos para que o Pleno do Supremo Tribunal Federal admitisse Recurso Extraordinário sob repercussão geral, envolvendo a incorporação de quintos até 2001 nos termos que seguem:

'Trata-se de recurso extraordinário, interposto com fundamento no artigo 102, III, a, da

Constituição Federal, em face de acórdão do STJ, que negou provimento ao agravo regimental da União, por alegada violação dos artigos 5º, XXXVI, e 40, § 8º, da Constituição Federal e princípio da legalidade. O Superior Tribunal de Justiça declarou ser possível a incorporação de quintos, em relação ao exercício da função comissionada, no período de 8 de abril de 1998, data do início da vigência da Lei 9.624/98, até 5 de setembro de 2001, data referente ao início da vigência da MP 2.225-45/2001. Nas razões recursais, a

União, em preliminar, defende a repercussão geral da matéria dos autos sob o ponto de vista social, ao fundamento de que existem milhares de servidores dos três Poderes e do MPU pleiteando o mesmo direito. Ademais, sustenta a repercussão sob aspecto jurídico, ao fundamento de que inexistente direito adquirido a regime jurídico e que o acórdão recorrido violou os princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público. Por fim, aduz a repercussão geral sob o aspecto econômico e cita o processo de execução individual de vultosos valores. A questão a ser analisada refere-se à constitucionalidade da incorporação de quintos supostamente adquiridos por servidores públicos em função do exercício de funções gratificadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/98 e a MP 2.225-45/2001. Destaque-se que a presente controvérsia constitucional está sendo apreciada no Plenário desta Corte no MS 25.845/DF, Rel. Min. Joaquim Barbosa e MS 25.763/DF, Rel. Min. Eros Grau. Submeto a matéria ao Plenário Virtual, a fim de que sejam aplicados os efeitos legais da repercussão geral. Entendo configurada a relevância social, econômica e jurídica da matéria, uma vez que a solução a ser definida por este Tribunal bali-

zará não apenas este recurso específico, mas todos os processos de servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como de servidores do Ministério Público da União em que se discute a incorporação de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/98 e da MP 2.225-45/2001. Ademais, a controvérsia dos autos é relativa a questão de direito inter-

temporal. Brasília, 7 de abril de 2011.

Ministro Gilmar Mendes - Documento assinado digitalmente'

No último dia 29 de abril o STF reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada. Isso implica dizer que o processo que envolve servidores do Banco Central, com decisão favorável do STJ, que já poderia ter sido paga a seus servidores, poderá ainda ter que enfrentar novas etapas após o julgamento dos Embargos de Declaração, ainda aguardando designação de Ministro Relator.

Registre-se que os Embargos interpostos pelo Banco Central questionam tão somente a prescrição das parcelas vencidas antes dos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, revelando-se meio de procrastinar o feito e retardar o cumprimento da ordem judicial.

Conheça a nova diretoria do Sinal

Nós, do Sinal Nacional, agradecemos o voto de confiança e reafirmamos nosso compromisso com a defesa dos direitos da categoria



Presidente Nacional: Sérgio da Luz Belsito (RJ)

- Formado em Ciências Contábeis com curso de auditoria pela USP.
- Funcionário concursado do Banco do Estado da Guanabara no período de 1972 a 1976 quando tomou posse no Banco Central do Brasil.
- Funcionário de carreira do Banco Central, trabalhou na área de fiscalização do mercado financeiro, exercendo inclusive a função de liquidante extrajudicial e Diretor do BD-Rio em regime especial.
- Participante ativo do SINAL desde sua fundação em 1988, exerceu a presidência do Sindicato no período de 2001 a 2005, foi Diretor Previdenciário no período de 2005 a 2009 e foi reconduzido ao cargo de Presidente novamente para o biênio de 2009 a 2011.



Diretor de Comunicação: Alexandre Wehby (POA)

- Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas/SP. Iniciou a carreira profissional como trainee na Saint-Gobain, tendo exercido cargos de chefia na área de Recursos Humanos. Ingressou no BC em 2000 como analista, tendo sempre trabalhado no Desup. Dirigente sindical desde 2001, participou de todos os processos de negociações salariais desde 2003.
- Presidente do Sinal-POA de 2001 a 2005 e de 2007 a 2009. Diretor de Comunicação do Sinal de 2003 a 2007 e de 2009 a 2011, coordena a Revista Por Sinal desde 2003; Diretor de estudos Técnicos de 2007-2009, coordenou a participação do Sindicato no GT-PCR.



Diretor de Comunicação (em 1.1.2012): Gustavo Diefenthaeler (POA)

- Ingresso no BC/filiação ao Sinal: julho/2000
- Carreira no BC: na área de Fiscalização - Desup/POA
- Participação nas ANDs: XVIII AND (2000), XX (2004), XXI (2006), XXII e XXIII (2008 - continuação), e XXIV (2010).
- Ingresso como suplente no Sinal-POA (2003/2005): Diretor de Relações Externas (2005/2007); Diretor Secretário (2007/2009); Presidente (2009/2011); reeleito Presidente (2011/2013).
- Membro do Conselho Editorial da Revista Por Sinal desde Maio/2003 (edição de nº 8);
- Participou dos "grupos de pressão" que fazem contatos políticos no Congresso Nacional e nas regionais do BC;
- Em substituição a José Manoel Rocha Bernardo, eleito, em 2010, para a Diretoria Extraordinária do GT do Projeto 192 e Defesa do Consumidor.



Diretora Financeira: Ivonil Guimarães D. de Carvalho (CUR)

- Auditora aposentada do Banco Central, onde exerceu as funções de auditora / fiscalizadora/ inspetora / analista de processos administrativos/ monitora de câmbio / relatora de comissão de inquérito.
- Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Católica de Administração e Economia – FAE – Curitiba, PR., 1978.
- Diversos cursos de especialização em Auditoria Interna; Auditoria de Sistemas; Inspeção no Sistema Financeiro. (1978 a 2002).
- II Seminário Nacional De Regimes Especiais da ANS (03/2008).
- Diretora Fiscal da Agência Nacional de Saúde Suplementar desde julho/2008.
- Diretora Financeira Nacional do Sinal, gestões 1991/1993, 1993/1995, 1995/1997, 1997/1999, 1999 a 01/2001, 2005/2007, 2007/2009, 2009/2011 e atual;
- Conselheira Fiscal do Sinal, Regional Curitiba e Nacional, 05/2001 a 04/2003;
- Presidente Regional do Sinal Curitiba.



Diretor Jurídico: **Luiz Carlos Freitas (CUR)**

- Formado em Ciência Contábeis pela Universidade Federal do Paraná;
- Formação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba;
- Pós-graduações: Especializações em Planejamento Governamental, Administração Pública e Finanças;
- Ingresso no BC na carreira especializada de Auditor – posse em SP e posterior transferência para Curitiba, atuando durante 20 anos na área de Fiscalização do Sistema Financeiro, com atuação em praticamente todas as áreas, e participação como Relator em Comissões de Inquérito;
- Participação no Sinal como Delegado Regional desde a 2ª AND em SP - 1989; Participação como Conselheiro Fiscal da Regional;
- Presidente da Regional a partir de 1996 e posteriormente alternando em Presidência e Diretorias da Regional;
- Diretor Financeiro Nacional - 2002 a 2004;
- Diretor de Assuntos Jurídicos Nacional desde 2004;
- Membro eleito Conselheiro do PASBC, na primeira gestão do Comitê, com apoio do Sinal.



Diretor Secretário: **Júlio Madeira (RJ)**

- Formação acadêmica - Curso de Direito na SUESC (incompleto);
- Ingressou no BC em 1977 como Contínuo da Categoria Isolada, sendo lotado no gabinete do Chefe de Departamento Regional do Rio de Janeiro. Já na condição de Técnico, trabalhou com Recursos Humanos, Treinamento, Licitações e Contratos;
- Atualmente é substituto do Coordenador de Recursos Humanos, na Gerência Regional no Rio de Janeiro.
- Fundador do Sinal, tendo inclusive composto a mesa dirigente da assembleia de fundação no Rio de Janeiro, em 28.10.1988;
- No âmbito Regional, ocupou os cargos de Diretor de Relações Externas e Internas, Diretor Jurídico e Secretário. No âmbito Nacional, foi Diretor de Assuntos dos Técnicos e Diretor Secretário.



Diretor de Estudos Técnicos: Edilson Rodrigues de Souza (BEL)

- Formação: economista, em 1991 pela UFPa;
- Especialista em Teoria Econômica pela UnB (1992/1994).
- Ingressou no BC em 1994. No Depec, acompanhava e analisava os principais agregados monetários e do mercado financeiro e de capitais. Coordenou a área de acompanhamento do mercado financeiro e de crédito; no Desup, atuou como auditor de instituições financeiras. Em 2003 instalou e coordenou o Núcleo de Pesquisas Econômicas (Nupec/Pa), em Belém. Em 2007, presidiu o Banco do Estado do Pará, entre 2007 e 2009, e posteriormente a Secretaria de Estado de Coordenação de Governo. Em 2011 retornou ao Banco Central, assumindo a tarefa de instalar a Representação do Deorf em Belém.
- Líder Global do convênio do Governo do Estado do Pará com o MBC (Movimento Brasil Competitivo), responsável pela implementação do Programa de Modernização da Gestão na Secretaria de Estado de Fazenda (nov.2009/dez.2010). Foi facilitador do Programa de Capacitação para Procurador e Analista do Banco Central, das disciplinas Sistema Financeiro Nacional, em 2002, e Bancos Centrais e Banco Central do Brasil em 2003. Também atuou como Professor de Economia na UNEB.



Diretor de Relações Externas: José Ricardo da Costa e Silva (BSB)

- Economista pela UnB, Mestre em Economia pela UnB e em Assuntos Internacionais pela Columbia University de New York; Doutor em Economia pela Washington University de Saint Louis;
- Ingresso no Banco Central: julho de 1992
- Ingresso no Sinal em 1999, embora tenha ficado afastado antes de 2008;
- Carreira no BCB: Deori, Depec (como Assessor Econômico Junior), Depec em 1999, onde foi de Assessor Junior a Consultor. Atualmente Assessor Pleno junto ao Grupo de Projeções Macroeconômicas;
- Atividades no Sinal: militância como filiado; participação nas ANDs de Porto Alegre e São Paulo.



Diretor de Estudos Técnicos: Edilson Rodrigues de Souza (BEL)

- Formação: economista, em 1991 pela UFPa;
- Especialista em Teoria Econômica pela UnB (1992/1994).
- Ingressou no BC em 1994. No Depec, acompanhava e analisava os principais agregados monetários e do mercado financeiro e de capitais. Coordenou a área de acompanhamento do mercado financeiro e de crédito; no Desup, atuou como auditor de instituições financeiras. Em 2003 instalou e coordenou o Núcleo de Pesquisas Econômicas (Nupec/Pa), em Belém. Em 2007, presidiu o Banco do Estado do Pará, entre 2007 e 2009, e posteriormente a Secretaria de Estado de Coordenação de Governo. Em 2011 retornou ao Banco Central, assumindo a tarefa de instalar a Representação do Deorf em Belém.
- Líder Global do convênio do Governo do Estado do Pará com o MBC (Movimento Brasil Competitivo), responsável pela implementação do Programa de Modernização da Gestão na Secretaria de Estado de Fazenda (nov.2009/dez.2010). Foi facilitador do Programa de Capacitação para Procurador e Analista do Banco Central, das disciplinas Sistema Financeiro Nacional, em 2002, e Bancos Centrais e Banco Central do Brasil em 2003. Também atuou como Professor de Economia na UNEB.



Diretor de Relações Externas: José Ricardo da Costa e Silva (BSB)

- Economista pela UnB, Mestre em Economia pela UnB e em Assuntos Internacionais pela Columbia University de New York; Doutor em Economia pela Washington University de Saint Louis;
- Ingresso no Banco Central: julho de 1992
- Ingresso no Sinal em 1999, embora tenha ficado afastado antes de 2008;
- Carreira no BCB: Deori, Depec (como Assessor Econômico Junior), Depec em 1999, onde foi de Assessor Junior a Consultor. Atualmente Assessor Pleno junto ao Grupo de Projeções Macroeconômicas;
- Atividades no Sinal: militância como filiado; participação nas ANDs de Porto Alegre e São Paulo.



Diretor de Assuntos Previdenciários: Eduardo Stalin (SP)

- Formação em Engenharia; especialização em Economia e Administração.
- Atuação na iniciativa privada: marketing, vendas e consultoria em gestão e planos de negócios.
- Ingresso no BC: maio de 2003; analista do Decap.
- Ingresso no Sinal: fevereiro de 2004.
- Sinal-SP: Presidente (gestão 2007/2009) e Diretor Secretário (gestão 2009/2011).
- Sinal Nacional: membro do GT-PCR e Diretor de Estudos Técnicos (gestão 2009/2011).



Diretor Extraordinário para Assuntos Intersindicais: Iso Sendacz (SP)

- Engenheiro mecânico pela USP
- Ingressou no Banco Central em 2006, trabalhando na fiscalização de bancos e conglomerados bancários.
- Filiado ao Sinal desde 2006, é Conselheiro Regional de São Paulo pelo 3º mandato bienal. Exerceu a pasta regional de Relações Externas nos dois primeiros.



Diretora Extraordinária de QV: Bruna Quadros (POA)

- Iniciou a graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (2004) e a concluiu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009);
- Servidora do Banco Central desde 2006; trabalha atualmente na Gerência Administrativa, na Coordenação de Pessoal e Financeiro;
- Professora desde jovem, lecionou no curso pré-vestibular mantido pela ONG Afrobrás, em parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares, e coordenou Oficina de Português e Redação daquela Universidade, em meados de 2005;
- Atualmente, além de suas atividades profissionais no Bacen, é bolsista na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde dedica-se como tutora à pós-graduação em Gestão Pública, em razão de convênio com a Universidade Aberta do Brasil. Suas áreas de interesse são Direito do Trabalho, Administrativo e Gestão Pública, que orientaram a elaboração do trabalho de conclusão de curso "Responsabilidade do Estado";
- Milita no Sinal desde 2007, tendo atuado em auxílio à Diretoria de Relações Externas na última campanha salarial. No Sindicato, compôs grupos que propuseram alterações estatutárias, como a limitação dos mandatos dos dirigentes, e exigência de discussão com a categoria sobre a Verba de Representação.



Centrus: Tire suas dúvidas

Rateio do superávit do plano de benefícios da Centrus tem gerado dúvidas nos beneficiados. Leia aqui alguns esclarecimentos.

Alguns questionamentos chegaram

ao Sinal quanto ao entendimento de que os servidores do Regime Jurídico Único que deixaram valores na Centrus não teriam direito ao rateio do superávit.

Os procedimentos utilizados pela Centrus estão sendo norteados pela Resolução 26 do Comitê Gestor de Previdência Complementar, que veio consolidar as normas sobre o assunto.

Segundo informações da Centrus, somente a partir do resultado financeiro de 2001 iniciou-se a formação da Reserva Especial, determinada por lei, a partir da qual seu montante propiciaria a distribuição ou utilização de futuros superávits.

Em 2004, a Centrus utilizou parte dos superávits acumulados de 2001 a 2004 para a redução da tabela de mortalidade do plano de benefícios e a redução da contribuição dos assistidos. O Superávit que ora se distribui foi resultado da acumulação dos resultados positivos verificados nos exercícios de 2006 a 2008.

O Sinal, como legítimo representante dos servidores e ex-servidores do Bacen, estatutários eceletistas, foi instado por seus filiados a manifestar sua opinião em relação ao assunto, em face da oferta de

ação judicial questionando a decisão da Centrus de efetuar o rateio somente em relação ao patrocinador e assistidos do seu Plano Básico de Benefícios.

Foi solicitado, então, parecer à Assessoria Jurídica do Sinal, abaixo transcrito, que concluiu que esses servidores não fazem jus ao superávit da Fundação, relativo há anos posteriores ao seu desligamento, tendo o SINAL divulgado a sua decisão de não apoiar e nem ajuizar ação com esse objeto.

Segue a íntegra do Parecer solicitado pelo Sinal a sua Assessoria Jurídica e também o histórico:

Consulta

Viabilidade de ação pleiteando direito dos servidores do Bacen, ex-participantes da Centrus, ao rateio do Superávit a ser distribuído por aquela Entidade por força da legislação que rege os fundos de pensão.

Resposta

A análise dos fatos e normas que disciplinaram a transposição dos servidores do Bacen para o Regime Jurídico Único nos leva à conclusão de que esses servidores não fazem jus ao superávit da Fun-

dação, relativo aos anos posteriores ao seu desligamento, em síntese, pelo seguintes motivos:

1. a parcela relativa ao pessoal do RJU já contemplou a rentabilidade obtida até 1996;

2. a partir de 1996 não foi mais permitido o aporte no plano de benefícios da Centrus de recursos oriundos do pessoal do RJU e nem tampouco do instituidor (BC);

3. a Lei 9650/98 permitiu a manutenção de recursos dos estatutários na Centrus apenas para aguardar um futuro plano de suplementação de aposentaria.

4. enquanto esse plano não for instituído, não há como vincular os estatutários a qualquer plano de benefícios da Centrus, especialmente ao Plano Básico de Benefícios, que se destina, especificamente, à complementação de aposentaria, que possui regras específicas, ditadas por lei, (como, por exemplo, contribuição paritária do empregador);

5. a rentabilidade dos recursos deixados pelo pessoal do RJU na Centrus é creditada mensalmente, depois de deduzida a taxa de administração.

Corroborando o entendimento acima, temos a decisão da Secretaria de Previdência Complementar de autuar a Centrus por gerir recursos não vinculados a plano de benefícios, o que obrigou aquela Fundação a suspender o resgate parcelado dos valores deixados sob sua guarda para futura participação no Plano de Benefício Definido.

A DENOMINAÇÃO DE “PARTICIPANTE” PARA SE REFERIR AO PESSOAL QUE DEIXOU ALGUM VALOR SOB A GUARDA DA CENTRUS NÃO É MOTIVO SUFICIENTE PARA INCLUÍ-LOS NO ROL DE BENEFICIÁRIOS DA DISTRIBUIÇÃO DO SUPERÁVIT.

A decisão da Secretaria de Previdência Complementar baseou-se, dentre outros argumentos, no fato de a Lei Complementar nº 109/2001, proibir a instituição e operação de planos sem autorização específica:

“Art. 6º. As entidades de previdência complementar somente poderão instituir e operar planos de benefícios para os quais tenham autorização específica, segundo as normas aprovadas pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme disposto nesta Lei Complementar”.

A mesma Lei Complementar nº 109/2001 define os termos “participante” e “assistido”:

“Art. 8º Para efeito desta Lei Complementar, considera-se:

I - participante, a pessoa física que aderir aos pla-

nos de benefícios; e

II - assistido, o participante ou seu beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada.”

Pelo exposto, conclui-se que o fato de a Centrus ter usado a denominação de “participante” para se referir ao pessoal que deixou algum valor sob sua guarda não é motivo suficiente para incluí-los, automaticamente, no rol de beneficiários da distribuição do superávit, uma vez que a situação do pessoal do RJU não atende aos requisitos legais.

Os servidores do BC que foram transpostos para o RJU, por força de decisão judicial, recebe-

ram a sua "fração patrimonial" da Centrus, que consistiu no somatório das suas contribuições mensais corrigidas, acrescido da rentabilidade correspondente ao seu capital.

É como se, na época, a Centrus tivesse sido extinta em relação ao pessoal do RJU. Um terço das reservas destinadas à complementação de aposentadoria desses servidores voltou para eles e dois terços foram destinados ao BC (respeitada a proporção de aporte dos recursos, pois o BC aportava R\$ 2 para cada R\$ 1 pago pelo servidor).

Desse modo, o capital que ficou na Centrus foi destinado ao pagamento da aposentadoria dos servidores que continuaram regidos pela CLT (aposentados do BC até 31.12.90 e os funcionários da Centrus participantes do plano).

Por força do disposto no art. 14, da Lei 9650/98, os servidores transpostos para o RJU poderiam, a seu critério, deixar na Centrus o total ou parte dos recursos que lhes foram destinados (tendo como valor mínimo o correspondente às suas 12 primeiras contribuições), com a finalidade de futura participação no Plano de Contribuição Definida (PCD) a ser instituído.

Por uma série de incidentes, até hoje o PCD não pode ser instituído, o que ocasionou uma situação irregular em relação à administração desses recursos, tendo a Centrus, inclusive, sido autuada pela Secretaria de Previdência Complementar por gerir recursos não vinculados a nenhum plano de benefícios.

Isso porque, desde o início, os recursos dos "ex-celetistas" deixados na Centrus tiveram tratamento diferenciado, pois a Centrus não

poderia incluí-los no seu plano de benefícios (destinado à complementação de aposentadoria) e, para criar um novo plano, necessitava de autorização legal.

Assim, esses recursos nunca fizeram parte do "bolo" que originou o superávit, pois, embora também fossem aplicados pela Centrus, a sua rentabilidade era contabilizada em separado, sendo creditado, mês a mês, na planilha individual disponibilizada pela Centrus na internet.

Concluindo, a rentabilidade anterior ao desligamento do pessoal do RJU foi paga juntamente com a devolução das suas contribuições e a rentabilidade correspondente aos recursos deixados na Centrus após o desligamento do Plano Básico de Benefícios é creditada mensalmente. Mar/2011

Assessoria Jurídica – Sinal/Nacional.

Cabe lembrar ainda que a grande luta que hoje travamos, em relação à Centrus\RJU é no sentido de implementar o plano CD, para legalizar os recursos lá deixados pelo pessoal do RJU, de modo a continuar a usufruir a rentabilidade oferecida pela Fundação. A falta de vontade política do BC, até agora demonstrada, mesmo não havendo aporte do empregador, tem sido a maior dificuldade enfrentada.

Lutamos, ainda, para que a Centrus, caso seja aprovada a previdência complementar para servidores públicos, seja a administradora desse plano, em condições totalmente diferenciadas do que foi no passado, em função das reformas previdências já havidas que modificam substancialmente tais condições.

Bem para o coração

Cientistas comprovam, com pesquisa inédita, o que há séculos se dizia: emoções como prazer, raiva e alegria provocam reações diretas nas respostas cerebrais e no coração

Todo mundo sempre achou que sentimentos como raiva, alegria e prazer afetam diretamente o coração. Daqui por diante, isso pode ser comprovado cientificamente. É que pesquisa realizada em Valência, na Espanha, considerada o primeiro estudo completo sobre emoções de modo geral, analisou as mudanças nas respostas cerebrais, cardiovasculares e hormonais das pessoas nos momentos de raiva. E constatou cientificamente o que, há décadas, se tinha certeza: as emoções provocam mudanças no sistema nervoso autônomo (que controla a resposta cardiovascular) e, também, no sistema endócrino. Geram, ainda, alterações na atividade cerebral, sobretudo nos lobos frontal e temporal - e mostram que bom mesmo, para se ter saúde, é levar uma vida feliz.

O trabalho, cujo principal objetivo foi estudar as mudanças causadas nos seres humanos pela indução da raiva, analisou todos os parâmetros psicobiológicos diante destes tipos de reações, tais como situação cardiovascular, hormônios e a ativação da resposta assimétrica do cérebro, conforme explica um dos autores, o médico Neus Herrero. De certo modo, é complementado por outro estudo, divulgado em fevereiro passado, segundo o qual emoções positivas como felicidade, bondade, amizade e altruísmo fazem bem ao coração.

Esta segunda pesquisa, da Universi-

dade de Columbia, Estados Unidos, revela uma ligação direta entre tais sensações e as doenças coronarianas. Na prática, os resultados partiram da análise da situação de 1.739 pessoas que passaram por problemas cardíacos diversos, durante dez anos. E mostram que, mesmo levando em conta questões como idade, sexo e fatores de risco, as boas emoções reduzem em 22% as chances de uma pessoa ter problemas cardíacos.

Música e risos

Mas a tese de que "felicidade traz saúde" é ratificada ainda mais por estudo feito pela Universidade de Maryland (também nos Estados Unidos) que mostrou que pessoas sem nenhuma doença aparente, quando ouvem durante 30 minutos suas músicas preferidas ou dão uma grande gargalhada apresentam dilatação de

26% dos vasos sanguíneos. Já quando ouvem uma música que não lhes agrada, essas pessoas apresentam uma espécie de redução dos vasos em cerca de 6%.

"A ansiedade, o rancor, a alegria e o amor vêm acompanhados de sintomas que podem culminar em situações mais graves, como o comprometimento clínico desse órgão vital para a vida que é o coração", assegura o cardiologista Elias Knobel, coordenador do livro *Coração e Emoção!* Na obra, vários profissionais de saúde falam sobre

A ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE 1.739 PESSOAS QUE PASSARAM POR PROBLEMAS CARDÍACOS DIVERSOS MOSTRA QUE AS BOAS EMOÇÕES REDUZEM EM 22% AS CHANCES DE UMA PESSOA TER PROBLEMAS CARDÍACOS

Principais características de pessoas que se sentem mais felizes

TER AMIGOS

QUEM TEM LAÇOS SOCIAIS FORTALECIDOS TENDE A SE SENTIR MAIS FELIZ E ACOLHIDO

SER RELIGIOSO

PRATICAR UMA RELIGIÃO E TER ALGUM TIPO DE FÉ CONDUZ A HÁBITOS MAIS SAUDÁVEIS E A MAIOR TRANQUILIDADE

NÃO SE COMPARAR AOS OUTROS

CADA PESSOA DEVE SE LEMBRAR SEMPRE DE QUE É ÚNICA E TEM SUAS PRÓPRIAS HISTÓRIAS. COMPARAR-SE COM OS OUTROS É UMA ETERNA FONTE DE FRUSTRAÇÕES

OUVIR MÚSICA

A MÚSICA ATIVA PARTES DO CÉREBRO QUE LIBERAM ENDORFINA E INCREMENTAM A SENSÇÃO DE PRAZER

FAZER EXERCÍCIOS

PRATICAR QUALQUER TIPO DE ATIVIDADE ESTIMULA O CÉREBRO A LIBERAR ENDORFINA, QUE DÁ UMA SENSÇÃO DE RELAXAMENTO

GENTILEZA

SER GENTIL E PROCURAR AUXILIAR O PRÓXIMO AJUDA A TIRAR O FOCO CONSTANTE DE SI MESMO

TRABALHAR NO QUE GOSTA

SÃO MAIS FELIZES AS PESSOAS QUE PRIORIZAM TRABALHAR COM AQUILO QUE AS FAZ FELIZES

PERDOAR

AJUDA A EQUILIBRAR MENTE E ESPÍRITO DE TODOS OS QUE CONSEGUEM PRATICÁ-LO

LIMPAR A MENTE, DE VEZ EM QUANDO

PARA ISSO, É IMPORTANTE QUE CADA UM ENCONTRE FORMAS DE SER MAIS OTIMISTA DIANTE DOS ACONTECIMENTOS DA VIDA

PROCURAR AJUDA

NO MUNDO DE HOJE É VÁLIDO PROCURAR ESPECIALISTAS COMO PSICÓLOGOS E TERAPEUTAS, SEMPRE QUE ACHAR NECESSÁRIO

TER UM ANIMAL

INTERAGIR COM UM BICHINHO DE ESTIMAÇÃO ALÉM DE DEIXAR OS DONOS MAIS SOLIDÁRIOS, DÁ UMA SENSÇÃO DE BEM ESTAR A QUEM PARTICIPA DA TROCA DE CARINHO GRATUITO QUE RECEBE DO SEU ANIMAL

ESTAR SEMPRE EM CONTATO COM A FAMÍLIA

O CONTATO CONSTANTE COM ENTES FAMILIARES COSTUMA SER FONTE DE ACOLHIMENTO

TER UM HOBBY

AJUDA A AQUIETAR A MENTE

FAZER ALGUMA AÇÃO FILANTRÓPICA

POR MEIO DE VISITAS OU AÇÕES DE AJUDA A ENTIDADES DIVERSAS É POSSÍVEL TER UMA SENSÇÃO DE BEM ESTAR E INTERAGIR COM PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO BEM MAIS DIFÍCIL QUE A NOSSA - O QUE NOS FAZ COMPREENDER MELHOR A REALIDADE E AS CONDIÇÕES DA PESSOA HUMANA COMO UM TODO.

FONTES: REVISTA DO CORREIO BRAZILIENSE
E REVISTA VIDA SIMPLES

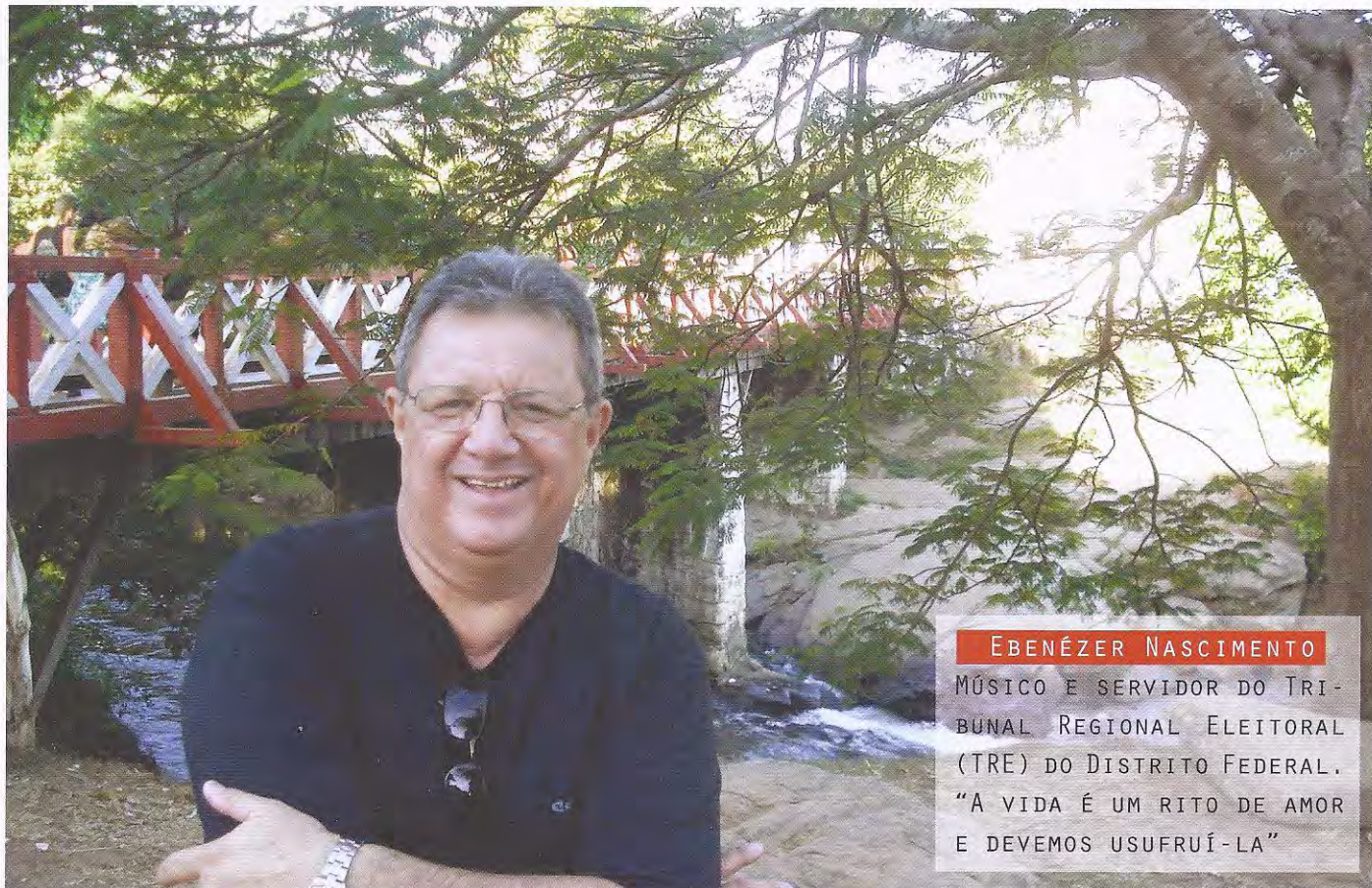
como o corpo reage a emoções como tristeza, medo, angústia, ansiedade, luto e, até mesmo, amor e felicidade.

Exemplos reais desse tipo de atitude diante da vida podem ser comprovados todos os dias, como o caso do jornalista Maurício Catharino Cardoso. Cardoso, que sofreu um infarto dois anos atrás, tocou o problema com a maior desenvoltura e descontração, o que faz com que hoje leve a vida de bem consigo mesmo e com os outros. O jornalista costuma contar que utiliza, como antídoto para problemas – sejam de saúde ou não – a alegria de viver. “Odeio tristeza. Charles Chaplin dizia que um dia sem sorrir era um dia perdido. Para mim,

basta uma única manhã sem sorrir que o meu dia já está perdido”, afirma ele, que sempre contamina os colegas dos ambientes por onde trabalha com bom humor.

Leveza

Outra pessoa que mudou sua forma de pensar e hoje chama a atenção pelo alto astral é o músico e servidor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Distrito Federal, Ebenézer Nascimento. Beneti, como é chamado pelos amigos, mais um exemplo de que uma vida leve pode ajudar a evitar problemas maiores de saúde. Cerca de 20 anos atrás, ele precisou passar três dias na UTI, em função de problemas cardíacos. Foi



EBENÉZER NASCIMENTO

MÚSICO E SERVIDOR DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE) DO DISTRITO FEDERAL. “A VIDA É UM RITO DE AMOR E DEVEMOS USUFRUÍ-LA”

justamente depois disso que resolveu passar pela vida com o que chama, hoje, de “um outro olhar”: passou a estudar resolução de conflitos, a frequentar a Universidade da Paz – Unipaz, e a praticar atividades como a dança e o naturismo. Acredita que foi essa busca forte pela espiritualidade o que o ajudou a superar os problemas de saúde. “A vida é um rito de amor e devemos usufruí-la”, destaca.

Mas se por um lado a ciência explica que ser feliz é condição, também para a saúde e para se viver mais, por outro se sabe que a correria do cotidiano nem sempre contribui para que se leve uma vida menos estressante e agitada. “É preciso se preparar e procurar levar uma vida repleta de satisfação sempre”, afirma a psicóloga Isabel Siqueira, ao lembrar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima, em 2020, que a depressão será a segunda maior causa de mortes no mundo, perdendo apenas para – ironia das ironias – doenças cardíacas.

A OMS constata, ainda, com base na avaliação de laudos de sistemas de saúde de vários países, que a questão genética será a menor das causas para esse tipo de problema. “É por isso que a felicidade tem saído dos consultórios de terapeutas e ganhado cada vez mais espaço em teses acadêmicas, discussões acaloradas no trabalho, redefinição de rotinas nos pátios das fábricas e chegado ao Congresso Nacional, que possui até uma proposta de emenda à Constituição, a PEC da Felicidade”, enfatiza a psicóloga.

Volta por cima

Um problema que Edna Ferreira sentiu na pele, dois anos atrás. Depois de ficar viúva após

um longo périplo por hospitais acompanhando sucessivas internações do marido, a viúva, dentista aposentada, começou a sentir uma melancolia que culminou com a alteração de taxas diversas. “Senti um misto de entristecimento e falta de forças que fizeram com que os médicos diagnosticassem depressão”, acentua.

Edna passou a tomar medicamentos e a fazer terapia, mas atribui à sua melhoria o fato de ter se mudado de Recife (PE) para São Paulo (SP), onde passou a conviver com os netos e os filhos – que há cinco anos migraram para aquele estado. “O calor humano vindo da família foi fundamental para me ajudar a voltar a viver. Ainda sinto saudades do meu esposo, claro, mas acho que meu luto veio com um sofrimento maior do que o normal porque eu tinha deixado de lado coisas importantes na vida de cada um”, conta ela, que voltou a praticar natação – esporte que iniciou na adolescência e tinha parado 15 anos atrás – e a fazer artesanato.

“Na vida, a gente percorre muitos caminhos, uns bons e outros ruins, mas estamos aqui para ter a capacidade de nos reinventar e seguir em frente. Esse tipo de pensamento, uma certeza, foi o que me ajudou a voltar a sentir vontade de viver”, relata.

Embora cada um tenha suas próprias regras, alguns estudiosos pinçaram sugestões dos mais diversos lugares, tidas como eficientes para ajudar as pessoas a conseguirem a tão sonhada sensação de bem estar, tais como ler um bom livro, caminhar, olhar, ouvir, nadar, dançar, escrever, reunir os amigos ou abraçar os filhos. Uma gama grande de opções, enfim. Lembrando que é interessante, para cada um, fazer a sua própria lista.

PASBC Expresso

Buscando melhorias

Todo participante do PASBC, por experiência própria ou de terceiros, conhece alguma deficiência da estrutura administrativa do Programa. Os integrantes eleitos do Comitê Gestor apresentaram ao DEPES, há algum tempo, um trabalho detalhado sobre o assunto, e a AND do SINAL aprovou diversos itens a respeito, com destaque para cartão eletrônico, cursos de qualificação de gestão de saúde para funcionários comissionados, faturamento regional, agilização do processamento das guias, etc.

Com o objetivo de conhecer e estudar soluções particulares que possam originar procedimentos e rotinas a nível nacional, a serem submetidas ao Comitê Gestor, solicitamos àqueles que tiveram problemas burocráticos, tipo expedição de carteiras, ressarcimentos demorados, enquadramento de eventos e outros, que os relatem e enviem para o FALE CONOSCO do PASBC Expresso: pasbcexpresso@sinal.org.br.

RAIO X DO REGULAMENTO

Casamento de filhos não gera exclusão

Os filhos inscritos como beneficiários (presumidos ou não presumidos) no PASBC não perderão a condição de participantes, caso venham a contrair matrimônio.



Fracionamento de recibos

Os eventos utilizados no regime de livre escolha serão ressarcidos pelo PASBC, observados os valores estabelecidos na tabela. Constitui irregularidade, conforme estabelecido no Art. 49, inciso VII, fracionar recibos objetivando ressarcimento de valor maior do que o previsto.

DICAS

Reembolso

Michelangelo Privitera

Recente pesquisa realizada revelou que cerca de 30% das devoluções dos pedidos de reembolso tiveram como motivação os prazos intervalares, tempo de garantia e outras limitações.

Prazo intercalar: é o tempo mínimo, geralmente expresso em número de dias, que deve transcorrer entre um procedimento e outro da mesma espécie.

Garantia: é, como todos sabem, o tempo durante o qual o profissional se compromete a consertar ou refazer o procedimento sem cobrar nada (geralmente ocorre com procedimentos dentários)

Limitação: é o número máximo de eventos permitido durante um intervalo de tempo.

A seguir a lista dos mais comuns:

- *Consulta médica de mesma especialidade:* prazo intercalar 15 dias, isto é, para que a segunda consulta seja abonada é necessário que se te-

nam decorrido pelo menos 15 dias da primeira.

- *Prescrição médica para exames:* emitida há menos de 30 dias da data dos exames.

- *Limpeza dentária, profilaxia, raspagem, flúor etc.:* prazo intercalar 180 dias

- *Restaurações dentárias, obturações etc.:* garantia de 2 anos.

- *Prótese dentária:* garantia de 3 anos

- *Aparelho de surdez:* limite - um a cada 3 anos

- *Lentes corretoras (convencionais e de contato):* um par a cada ano.

- *Sessões de psicoterapia:* 52 a cada ano por beneficiário

- *RPG (Reabilitação Postural Global):* limite - 24 sessões a cada dois anos

- *Fonoaudiologia:* limite de eventos 52 sessões por ano.



DIAGNÓSTICO

Descoberto fármaco que interrompe progressão do mal de parkinson

Dr. Julio Caldas

Motivo até de brincadeiras, esse Mal de Parkinson parece que está chegando ao seu fim. Pesquisadores da Universidade do Colorado, nos Estados Unidos, descobriram, afinal, uma droga que impede a progressão dessa doença degenerativa.

Quem não tem um parente ou conhecido que porta esse terrível mal? Atualmente, o tratamento é feito com medicamentos que diminuem os sintomas mas não impedem que a doença piore. O Dr. Curt Freed, coordenador da pesquisa, explica que “agora descobrimos que podemos prevenir a progressão da doença ativando um gene protetor no cérebro.” O principal autor do estudo é o Dr. Wenbo Zhou, que descobriu que a droga fenilbutirato

ativa um gene que pode proteger os neurônios de dopamina na doença de Parkinson.

Camundongos que receberam a droga mantiveram a capacidade normal de movimento durante o envelhecimento, não tiveram declínios na função mental e seus cérebros não acumularam a proteína que causa o Mal de Parkinson.

Espera-se para os próximos meses os primeiros resultados da aplicação da droga em seres humanos, com vistas a verificar se a droga é segura e não gera efeitos colaterais danosos.

Enfim, uma boa notícia para todo o planeta. Os dias estão contados para enfermidades graves e que causam perda de qualidade de vida às pessoas.

Câncer direito e cidadania

Quando somos surpreendidos por doenças graves, precisamos de tempo para aprender a conviver com elas. No caso do câncer, há um livro que pode ser de grande utilidade. Trata-se de “Câncer - Direito e Cidadania”, escrito por Antonieta Barbosa, nossa colega aposentada de Re-

cife. Já em sua 13ª edição, o livro aborda diversos aspectos importantes, inclusive direitos legais como aposentadoria integral, isenção do imposto de renda, aquisição de veículo novo e outros. O site www.antonietabarbosa.adv.br contém muitas informações sobre o assunto.

Uma nova discussão sobre o desarmamento

Cresce no Brasil polêmica sobre importância ou não das pessoas terem o direito de portar armas para defesa em tragédias

O uso de armas deve ou não ser proibido em definitivo no Brasil? O assassinato de crianças inocentes numa escola do Rio de Janeiro por um jovem que adquiriu revólveres de forma muito fácil chamou a atenção, mais uma vez, para a velha polêmica sobre o desarmamento no Brasil. Embora o tema já tenha sido objeto de plebiscito, ainda perdura na sociedade, sempre que surge um fato novo como esse, a discussão sobre a criação de regras mais rígidas para quem andar armado.

Os que são contrários à idéia destacam que, num país com tantas contradições sociais como o nosso, isso pode significar municiar ainda mais os bandidos e deixar sem qualquer segurança os cidadãos comuns. Mas será que portar uma arma significa realmente ter os meios corretos para se defender?

“Para cada aumento de 1% no total de armas disponíveis no país, aumenta em 2%

o número de homicídios”, revela o pesquisador Marcelo Cerqueira, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e autor de tese de doutorado sobre o assunto. Para Cerqueira, a maior parte dos crimes que são observados a partir do aumento do porte de armas entre os cidadãos comuns são aqueles de caráter interpessoal, que envolvem conflitos, discussões e questões passionais. E a posse de armas, nessa hora, pode fazer a diferença entre a cabeça esquentada por um mero bate-boca na rua e um incidente com consequências seríssimas.

Emoção na frente

O especialista destaca em seu trabalho, recém lançado, que nos países mais desenvolvidos as discussões sobre políticas públicas voltadas para segurança são sempre baseadas em argumentos racionais. Levam em



conta, por exemplo, trabalhos científicos e mensuração de resultados em programas para a redução de homicídios. No Brasil, infelizmente, a discussão tem ocorrido de forma reativa e emocional após tragédias como a da comunidade carioca de Realengo.

Um depoimento que encontra eco em intelectuais e artistas diversos. Sobretudo depois da informação, divulgada pelo Executivo e por entidades que atuam junto ao setor de desarmamento, de que existem 16 milhões de armas em circulação em todo o país. Pequeno detalhe: destas, 7,6 milhões são ilegais. “É preciso recorrer ao massacre de Realengo para perceber os riscos de um país em que todo mundo, inclusive os jovens, tem facilidade de se armar”, opina um dos autores brasileiros mais celebrados, Zuenir Ventura, que há décadas observa de perto as nuances do comportamento humano.

Para o escritor, ainda que muita gente diga que as armas não matam e sim as pessoas, é preciso um controle mais rigoroso do porte de armas. Ventura lembra que, embora técnicos em segurança deixem claro que é preciso fiscalizar mais as fronteiras para impedir a entrada de armas contraban-

deadas, existem estudos comprovando que mais de 90% das armas ilegais encontradas aqui não vêm de fora, mas são de fabricação nacional “como os revólveres usados pelo atirador da escola”, afirma.

Plebiscito

Como o tema aborda uma questão que fere corações e mentes, muito se fala na possibilidade ou não do país realizar um plebiscito para decidir sobre a obrigatoriedade do porte de armas. O presidente do Congresso, José Sarney, já declarou que é favorável à idéia e que vai apresentar projeto referente ao assunto o quanto antes. O deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB), membro atuante da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados – principal fórum para discussão do tema no Legislativo, deixa claro que é preciso parcimônia ao avaliar a questão. “Sou a favor do desarmamento gradual, mas não podemos nos precipitar e criar uma legislação que permita deixar o bandido super equipado com armas moderníssimas e o cidadão à mercê”, enfatiza, ao chamar a atenção para uma questão mais que delicada.

Em São Paulo, o Instituto Sou da Paz, que coordena um plano piloto de controle de armas no estado, defende que, em vez de nova consulta popular, o país passe a aplicar de forma integral o estatuto do desarmamento, promulgado em 2003. Isso porque, na prática, o estatuto conseguiu reduzir em 90% a venda de armas no mercado formal, embora muito do que es-

tabelece não tenha saído do papel. “A lei do estatuto é completa e restritiva sim. Estabelece requisitos rígidos para as pessoas que queiram ter armas e um controle destas armas, só que não está totalmente implementada”, diz uma das coordenadoras do Sou da Paz, Alice Ribeiro.

A coordenadora acredita que uma consulta popular não pode ser baseada no calor do momento, porque implicará em gastos de quase R\$ 300 milhões para o país – quando tais recursos podem ser utilizados para outras medidas e políticas públicas voltadas para a solução do problema. Em meio ao debate, os próprios cidadãos divergem e assistem, atordoados, ao noticiário violento dos jornais sem o desfecho de uma opinião formada no país. Garantida, mesmo, é a certeza de que o assunto precisa ser discutido e estudado com seriedade, daqui por diante, como forma de se conseguir amenizar mais uma grande mazela da sociedade brasileira.



SAIBA MAIS:

>> EXISTEM, ATUALMENTE, 16 MILHÕES DE ARMAS EM CIRCULAÇÃO NO BRASIL. DESTE TOTAL, 7,6 MILHÕES SÃO ARMAS ILEGAIS

>> O ESTATUTO DO DESARMAMENTO ESTABELECE QUE SEJA FEITA UNIÃO DOS BANCOS DE DADOS SOBRE ARMAS EXISTENTES NO PAÍS - DO EXÉRCITO E DA POLÍCIA FEDERAL – COMO FORMA DE HAVER MAIOR CONTROLE DESTES ARMAMENTOS. ISSO AINDA NÃO FOI REALIZADO PLENAMENTE

>> ENTIDADES COMO A SOU DA PAZ SUGEREM QUE AS MUNIÇÕES PASSEM A SER MARCADAS. ATUALMENTE, ESSE TIPO DE CONTROLE SÓ OCORRE COM AS ARMAS DA POLÍCIA

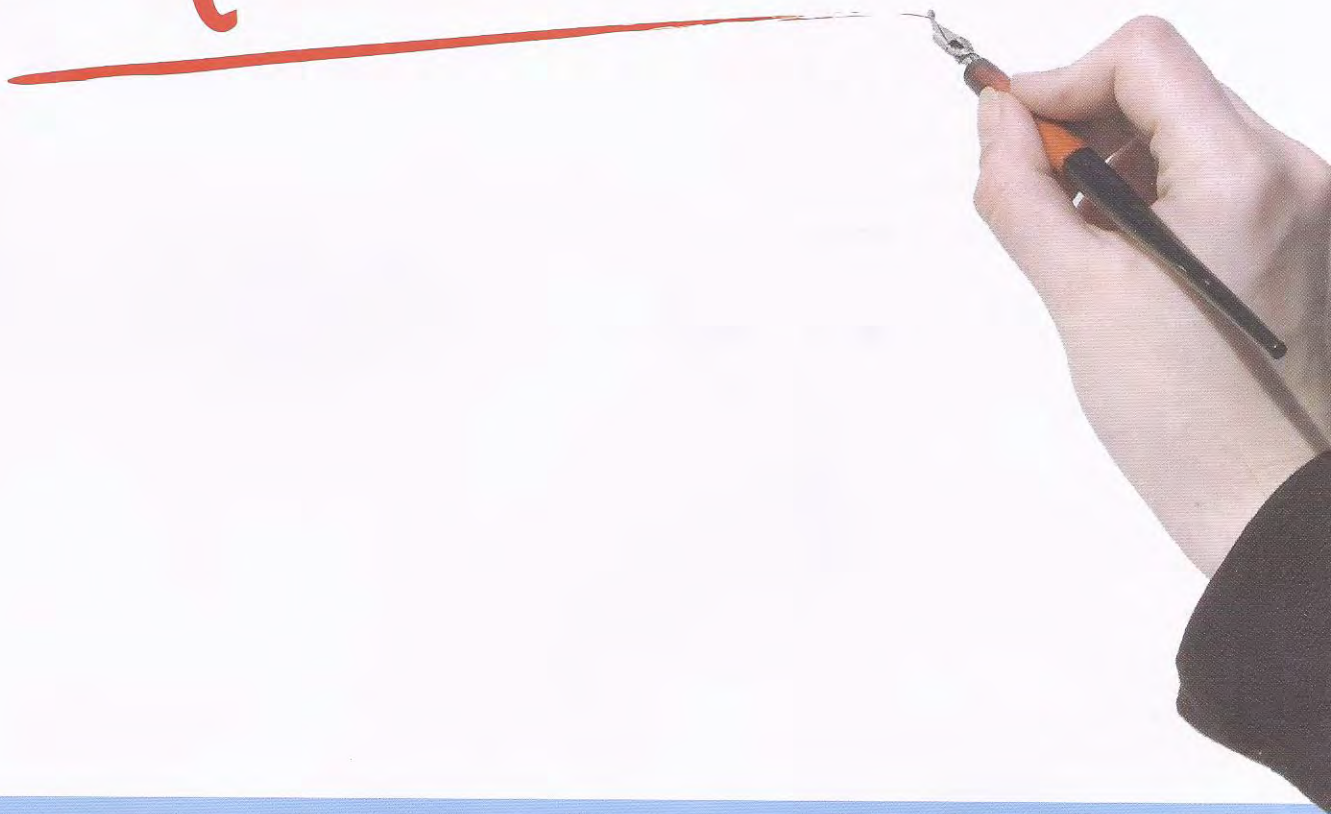
>> QUEM TIVER UMA ARMA EM CASA PODE, A QUALQUER TEMPO, PROCURAR UM POSTO DE ARRECADAÇÃO DE ARMAS OU IR ATÉ A POLÍCIA E ENTREGÁ-LA- ANONIMAMENTE OU NÃO. PODE, AINDA, REQUISITAR UMA INDENIZAÇÃO PELO VALOR DA ARMA ENTREGUE, QUE VARIA ENTRE R\$ 100 A R\$ 300.

FONTES: CÂMARA DOS DEPUTADOS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPUTADO ROMERO RODRIGUES

“SOU A FAVOR DO DESARMAMENTO GRADUAL, MAS NÃO PODEMOS NOS PRECIPITAR E CRIAR UMA LEGISLAÇÃO QUE PERMITA DEIXAR O BANDO SUPER EQUIPADO COM ARMAS MODERNÍSSIMAS E O CIDADÃO À MERCÊ”

Aposentado



O SINAL trabalha na defesa dos seus direitos

Participe com críticas e sugestões.

Entre em contato conosco, através do nossa página na internet:

www.sinal.org.br



Sindicato Nacional dos
Funcionários do Banco Central